

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	12

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	35
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	37
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	38

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	40.286.982.052
Preferenciais	1.702.728.436
Total	41.989.710.488
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	87.172	79.372
1.01	Ativo Circulante	36.885	33.747
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	30.163	4.418
1.01.03	Contas a Receber	2.122	22.367
1.01.03.01	Clientes	2.122	22.367
1.01.04	Estoques	0	43
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.467	3.455
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.467	3.455
1.01.06.01.01	Outros tributos a recuperar	115	335
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.352	3.120
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.133	3.464
1.01.08.03	Outros	3.133	3.464
1.01.08.03.02	Outros ativos	3.090	2.684
1.01.08.03.03	Titulos e valores mobiliários	14	751
1.01.08.03.07	Adiantamento a fornecedores	29	29
1.02	Ativo Não Circulante	50.287	45.625
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	50.287	45.625
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	50.287	45.625
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	44.838	43.959
1.02.01.10.08	Outros Ativos	5.449	1.666

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	87.172	79.372
2.01	Passivo Circulante	26.561	45.049
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.152	3.855
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.152	3.855
2.01.02	Fornecedores	13.226	11.423
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	13.226	11.423
2.01.05	Outras Obrigações	11.183	29.771
2.01.05.02	Outros	11.183	29.771
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	9.697	9.587
2.01.05.02.06	Outros tributos a pagar	306	342
2.01.05.02.10	Arrendamentos e concessões	0	918
2.01.05.02.12	Outros passivos financeiros	1.180	1.512
2.01.05.02.14	Passivo de arrendamento	0	17.412
2.02	Passivo Não Circulante	3.039.097	2.930.440
2.02.02	Outras Obrigações	2.880.855	2.786.270
2.02.02.02	Outros	2.880.855	2.786.270
2.02.02.02.08	Outras contas a pagar	478	492
2.02.02.02.09	Arrendamentos e concessões	2.880.377	2.785.778
2.02.04	Provisões	158.242	144.170
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	158.242	144.170
2.02.04.01.05	Provisão para demandas judiciais	158.242	144.170
2.03	Patrimônio Líquido	-2.978.486	-2.896.117
2.03.01	Capital Social Realizado	1.006.915	1.006.915
2.03.02	Reservas de Capital	62.566	17.566
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	45.000	0
2.03.02.07	Reserva de capital	17.566	17.566
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-4.048.119	-3.920.750
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	152	152

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	760	16.567
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.061	-12.599
3.03	Resultado Bruto	-4.301	3.968
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.625	-10.538
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.584	-1.843
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-11.041	-8.695
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-16.926	-6.570
3.06	Resultado Financeiro	-110.443	-81.073
3.06.01	Receitas Financeiras	593	3.124
3.06.01.02	Receitas Financeiras	593	3.124
3.06.02	Despesas Financeiras	-111.036	-84.197
3.06.02.01	Despesas financeiras	-111.036	-84.197
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-127.369	-87.643
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-127.369	-87.643
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-127.369	-87.643
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00294	-0,00209
3.99.01.02	PN	-0,00294	-0,00209

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	-127.369	-87.643
4.03	Resultado Abrangente do Período	-127.369	-87.643

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.425	-11.714
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.108	4.849
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-127.369	-87.643
6.01.01.04	Provisão para participações nos resultados e bônus	152	541
6.01.01.06	Provisão de demandas judiciais	4.562	1.836
6.01.01.07	Provisão (reversão) com créditos de liquidação duvidosa	164	-24
6.01.01.11	Take or pay	0	395
6.01.01.12	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	110.473	83.776
6.01.01.13	Outros	5.910	5.968
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.683	-16.563
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	20.080	-80
6.01.02.04	Outros tributos a recuperar	9	-3.771
6.01.02.06	Estoques	94	32
6.01.02.07	Ordenados e salários a pagar	-1.624	-2.054
6.01.02.08	Fornecedores	2.784	-2.343
6.01.02.09	Arrendamentos e concessões a pagar	-928	-945
6.01.02.10	Provisão para demandas judiciais	-6.179	-3.547
6.01.02.11	Outros passivos financeiros	-539	-64
6.01.02.12	Outros ativos e passivos, líquidos	-10.013	-3.918
6.01.02.14	Adiantamentos de clientes	-1	127
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	778	-1.696
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	778	-1.696
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	27.392	112.161
6.03.04	Amortização de principal de arrendamento mercantil	-17.078	-15.321
6.03.05	Pagamento de juros de arrendamento mercantil	-530	-2.518
6.03.08	Aumento de capital social	0	130.000
6.03.15	Adiantamento para futuro aumento de capital	45.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	25.745	98.751
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.418	6.729
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	30.163	105.480

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.006.915	17.566	0	-3.920.750	152	-2.896.117
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.006.915	17.566	0	-3.920.750	152	-2.896.117
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	45.000	0	0	0	45.000
5.04.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	45.000	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-127.369	0	-127.369
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-127.369	0	-127.369
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.006.915	62.566	0	-4.048.119	152	-2.978.486

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	876.915	17.566	0	-3.497.723	152	-2.603.090
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	876.915	17.566	0	-3.497.723	152	-2.603.090
5.04	Transações de Capital com os Sócios	130.000	0	0	0	0	130.000
5.04.01	Aumentos de Capital	130.000	0	0	0	0	130.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-87.643	0	-87.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-87.643	0	-87.643
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.006.915	17.566	0	-3.585.366	152	-2.560.733

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	7.510	26.059
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	904	17.990
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.770	8.045
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-164	24
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.191	-20.093
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-7.297	-10.119
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.894	-9.974
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.681	5.966
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.681	5.966
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	593	3.124
7.06.02	Receitas Financeiras	593	3.124
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-11.088	9.090
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-11.088	9.090
7.08.01	Pessoal	4.838	9.974
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.024	8.837
7.08.01.02	Benefícios	756	980
7.08.01.03	F.G.T.S.	58	157
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-240	1.606
7.08.02.01	Federais	-243	746
7.08.02.03	Municipais	3	860
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	111.683	85.153
7.08.03.01	Juros	111.036	84.197
7.08.03.02	Aluguéis	647	956
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-127.369	-87.643
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-127.369	-87.643

Comentário do Desempenho

RUMO MALHA OESTE S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE MARÇO DE 2026

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste – Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Comentário da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas, acompanhadas do Relatório sobre a revisão de informação trimestrais dos auditores independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2026, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incorporam integralmente os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS® *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que até a presente data não houve contratação de outros serviços relacionados a auditoria junto aos nossos auditores independentes, Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes Ltda. (denominada PWC), e suas partes relacionadas, além de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras das Companhia, os quais não apresentam qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima. Com base em referidos princípios, a PWC nos informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o comentário da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Comentário do Desempenho

Resultado			
Valores (em R\$ MM)	3M26	3M25	Var.%
Receita líquida	0,8	16,6	-95,4%
Custos dos serviços prestados	(5,1)	(12,6)	-59,8%
Resultado bruto	(4,3)	4,0	-207,5%
Margem bruta (%)	-565,9%	24,1%	-590 p.p
Despesa com vendas, gerais e administrativas	(1,6)	(1,8)	-12,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(11,0)	(8,7)	26,9%
EBITDA	(16,9)	(6,5)	160,4%
Margem EBITDA (%)	-2227,1%	-39,2%	-2187,9 p.p
Resultado financeiro líquido	(110,4)	(81,1)	36,2%
Resultado do período	(127,3)	(87,6)	45,3%

No período findo em 31 de março de 2026, a receita operacional líquida atingiu R\$ 0,8 milhões, redução de 95,2% em relação ao período findo em 31 de março de 2025, em decorrência da finalização da operação em 31 de dezembro de 2025. O EBITDA negativo foi de R\$ 16,9 milhões no período findo em 31 de março de 2026 comparado a um EBITDA negativo de R\$ 6,5 milhões no período findo em 31 de março de 2025. A Companhia apresentou prejuízo de R\$ 127,3 milhões no período findo em 31 de março de 2026 comparado a um prejuízo de R\$ 87,6 milhões no período findo em 31 de março de 2025.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

1. Informações da Companhia

1.1. Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar subconcessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.2. Considerações sobre término da concessão e a continuidade operacional

1.2.1. Término da concessão

Em 19 de maio de 2021, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., assinou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o segundo termo aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Oeste S.A., esse termo tem como objetivo estabelecer as obrigações relativas à relicitação, nos termos da qualificação do empreendimento aprovada pelo Decreto nº 10.633, de 18 de fevereiro de 2021.

Após realização de análises técnicas, a ANTT estabeleceu as condições de prestação dos serviços pela concessionária durante a vigência do termo aditivo e suas prorrogações no decorrer do processo de relicitação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Em 19 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou o quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual deverá prestar os serviços nos moldes pactuados no segundo termo aditivo até o início da vigência do novo contrato de parceria, garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento.

Em dezembro de 2025, encerrou o contrato com o último cliente que operava na Malha Oeste, de forma que a Administração está desmobilizando a operação para o mínimo necessário à manutenção dos ativos até a devolução no encerramento do contrato de concessão em junho de 2026.

A Companhia, por questões contratuais, continuará ativa pelo tempo necessário para o cumprimento de suas obrigações e realização de seus ativos, mesmo não havendo expectativa de manter o direito aos benefícios econômicos futuros da concessão após o encerramento do contrato.

1.3. Informações sobre controle da Companhia

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. ("Rumo"), que detém 100% do seu capital. A controladora final da Rumo é a Cosan S.A. ("Cosan"), listada na B3 e Bolsa de Nova York, ou "NYSE" (ticker — CSAN). Trata-se de uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. O Sr. Rubens Ometto Silveira Mello é o principal acionista controlador da Cosan.

2. Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que a Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras intermediárias condensadas:

2.1. Declaração de conformidade

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e com as normas contábeis internacionais IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e com as normas expedidas pela

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais — ITR.

De acordo com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP 003 de 28 de abril de 2011, as informações financeiras trimestrais foram preparadas de forma concisa incluindo as divulgações relevantes para seus usuários sem redundâncias de divulgações contidas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas foi autorizada pela Administração em 14 de maio de 2026.

2.2. Políticas contábeis gerais

Estas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e devem ser lidas em conjunto.

a) Reapresentação das cifras comparativas (DVA)

Assim como em 31 de dezembro de 2025, algumas rubricas da DVA do período findo em 31 de março de 2025 foram reapresentadas com os efeitos da receita relativa a construção própria de ativos, para permitir a comparabilidade com as Demonstrações financeiras intermediárias condensadas em 31 de março de 2026, no que tange à alteração da política contábil referente a ativos construídos pela empresa para uso próprio, que passou a incluir como receita na DVA a edificação de novos ativos e a ampliação estrutural de ativos existentes, que resulte em expansão de capacidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

	31/03/2025		
	Reportado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas			
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	8.045	8.045
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados	(6.462)	(3.657)	(10.119)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.826)	(148)	(9.974)
Valor adicionado total a distribuir	4.850	4.240	9.090
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	4.991	3.846	8.837
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	84.197	—	84.197
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	562	394	956
Valor adicionado total distribuído	4.850	4.240	9.090

2.3. Mensuração do valor justo

Todas as estimativas que a Companhia realiza para obter o valor justo estão incluídas no nível 2.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	30.163	4.418	30.163	4.418
Títulos e valores mobiliários	14	751	14	751
Contas a receber de clientes	2.122	22.367	2.122	22.367
Total	32.299	27.536	32.299	27.536
Passivos				
Passivos de arrendamento	—	(17.412)	—	(17.412)
Fornecedores	(13.226)	(11.423)	(13.226)	(11.423)
Outros passivos financeiros	(1.180)	(1.512)	(1.180)	(1.512)
Total	(14.406)	(30.347)	(14.406)	(30.347)

Os saldos com prazos curtos têm valor justo que se aproxima ao valor contabilizado.

2.4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o período findo em 31 de março de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

2.4.1. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

As interpretações e alterações que passaram a vigorar no período findo em 31 de março de 2026 não geraram impactos relevantes nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia. Adicionalmente, as normas, interpretações e alterações emitidas pelo CPC e pelo IASB que ainda não estão em vigor — com exceção do IFRS 18 (CPC 51) — não devem produzir efeitos significativos no resultado ou na posição financeira, com base na avaliação realizada pela Administração.

3. Negócios, operações e administração da Companhia

3.1. Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, arrendamentos e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, arrendamentos, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para administrar riscos de mercado. Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis, no cenário provável e com aumentos e diminuições nas de 25% e 50% nas taxas de juros:

Exposição taxa de juros	31/03/2026				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	3.681	4.601	5.521	2.762	1.839
Títulos e valores mobiliários	2	2	3	1	1
Outros passivos financeiros	(155)	(194)	(232)	(116)	(77)
Impactos no resultado do exercício	3.528	4.409	5.292	2.647	1.763

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

O cenário provável considera a taxas de juros estimadas, elaboradas por uma terceira parte especializada com base nas informações do Banco Central do Brasil (BACEN). Cenários estressados foram definidos aplicando variações (positivas e negativas) de 25% e 50% às taxas do cenário provável, como segue:

	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	13,23%	16,54%	19,84%	9,92%	6,61%
CDI	13,13%	16,41%	19,69%	9,85%	6,56%
TJLP	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%	4,45%
IPCA	4,11%	5,14%	6,17%	3,08%	2,06%

b) Risco de crédito

As operações regulares da Companhia a expõem-na a potenciais descumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita as falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações.

	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	30.163	4.418
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	14	751
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	2.122	22.367
	32.299	27.536

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento do negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o valor recuperável é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de "A". O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros e derivativos é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/03/2026
AAA	30.177
Total	30.177

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontra dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir que, dentro do possível, sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025
	Até 1 ano	Total	Total
Fornecedores	(13.226)	(13.226)	(11.423)
Outros passivos financeiros	(1.180)	(1.180)	(1.512)
Passivo de arrendamento	—	—	(35.062)
	(14.406)	(14.406)	(47.997)

3.2. Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4. Transações e eventos significativos

4.1. Partes relacionadas

a) Resumo dos saldos com partes relacionadas

	31/03/2026	31/12/2025
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	91	19.626
Rumo Malha Paulista S.A.	53	65
Rumo Malha Sul S.A.	375	765
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	1.126	1.126
Rumo S.A.	—	91
	1.645	21.673
Ativo circulante	1.645	21.673
Total ativo	1.645	21.673

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

	31/03/2026	31/12/2025
Passivo		
Fornecedores		
Rumo Serviços Logísticos Ltda.	1.631	1.631
Rumo Malha Sul S.A.	718	670
Rumo Malha Paulista S.A.	1.615	1.699
Rumo Malha Norte S.A.	600	878
Raízen S.A. e suas controladas	141	137
Outros	200	236
	4.905	5.251
Passivo circulante	4.905	5.251
Total passivo	4.905	5.251

b) Transações com partes relacionadas

	31/03/2026	31/03/2025
Receita operacional líquida		
Rumo Malha Paulista S.A.	—	201
Rumo Malha Sul S.A.	184	236
	184	437
Compras de produtos / insumos / serviços		
Rumo Malha Paulista S.A.	(35)	(806)
Raízen S.A. e suas controladas	—	(3.138)
Rumo Malha Sul S.A.	(864)	(2.066)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	—	(97)
	(899)	(6.107)
Receitas/ despesa compartilhada		
Rumo Malha Norte S.A.	(682)	(1.273)
Rumo Malha Paulista S.A.	25	—
Rumo Malha Sul S.A.	(2)	(83)
Rumo S.A.	(388)	(212)
	(1.047)	(1.568)

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do período, incluindo os encargos, como segue:

	31/03/2026	31/03/2025
Benefícios de curto prazo	10.449	11.870
Transações com pagamentos baseados em ações	1.985	2.807
	12.434	14.677

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

4.2. Adiantamentos para futuros aumentos de capital (AFAC)

A Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 45.000, conforme aprovações ocorridas em 4 de fevereiro de 2026 e 17 de março de 2026. A integralização ao capital social desses valores será deliberada na primeira reunião do Conselho de Administração subsequente às referidas datas.

Com a integralização do capital social, serão emitidas 4.317.520.105 ações ordinárias e 182.479.895 ações preferenciais.

4.3. Reforma tributária sobre consumo no Brasil (IBS e CBS)

Em continuidade ao processo de implementação da reforma tributária sobre o consumo no Brasil, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada, entre outros normativos, pela Lei Complementar nº 214/2025, teve início, a partir de 1º de janeiro de 2026, o período de transição com a introdução da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Nesse contexto, a Companhia passou a apresentar informações de caráter gerencial e informativo relacionadas à CBS e ao IBS, em atendimento aos requerimentos aplicáveis, mantendo-se, entretanto, inalterados os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas deste período.

A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e conduzindo análises sobre os potenciais impactos da reforma, considerando as especificidades de seus segmentos de atuação, incluindo possíveis reflexos na estrutura de custos, formação de preços, aproveitamento de créditos e fluxos de caixa. Até o momento, não foram identificados impactos que demandem reconhecimento contábil nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

4.4. Impacto do conflito no Irã

Em 28 de fevereiro de 2026, houve uma escalada de tensões geopolíticas decorrente de um ataque militar coordenado entre os Estados Unidos e Israel contra o Irã, que gerou confrontos e uma série de reações na região do Oriente Médio. Até a presente data, a Administração avaliou que tais eventos não resultaram em impactos diretos significativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

nas operações, na posição patrimonial ou nos resultados da Companhia. Acompanharemos de forma contínua os desdobramentos desses acontecimentos e eventuais impactos sobre a cadeia de suprimentos e preços das commodities que possam impactar a Companhia.

4.5. Eventos subsequentes

Para o período findo em 31 de março de 2026 não ocorreram eventos subsequentes a serem divulgados.

5. Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	Nota	31/03/2026	31/12/2025
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Títulos e valores mobiliários	5.3	14	751
		14	751
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	30.163	4.418
Contas a receber de clientes	5.4	2.122	22.367
		32.285	26.785
Total		32.299	27.536
Passivos			
Custo amortizado			
Passivos de arrendamento	5.5	—	17.412
Fornecedores	5.6	13.226	11.423
Outros passivos financeiros ⁽ⁱ⁾		1.180	1.512
		14.406	30.347
Total		14.406	30.347

- (i) Saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a agentes financeiros. Essas operações tiveram fundos e bancos de primeira linha como contrapartes, a uma taxa média de 15,00% a.a. (14,13% a.a. em 31 de dezembro de 2025). O prazo médio dessas operações gira em torno de 44 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2025). A transferência contábil dos valores da conta de fornecedores para esta rubrica, consiste em uma transação que não envolve caixa, não sendo apresentada na Demonstração de fluxos de caixa. O fluxo de liquidação do saldo, por sua vez, é classificado em atividades operacionais ou de investimentos, de acordo com a

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

classificação do objeto da compra. Encargos financeiros embutidos na transação são registrados em “Juros sobre contingências e contratos comerciais” no resultado financeiro, e no período findo em 31 de março de 2026 não houve registros (R\$ 46 em 31 de março de 2025).

5.2. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos conta movimento	653	724
Aplicação financeira	29.510	3.694
	30.163	4.418

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	31/03/2026	31/12/2025
Aplicações em bancos		
Operações compromissadas	29.472	—
Certificado de depósitos bancários - CDB	—	1.287
Outras aplicações	38	2.407
	29.510	3.694

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 95,01% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de março de 2026 (99,9% do CDI em 31 de dezembro de 2025). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3. Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Títulos e valores mobiliários

	31/03/2026	31/12/2025
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	8	641
Letras financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	6	110
	14	751

(i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.

(ii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

5.4. Contas a receber de clientes

	31/03/2026	31/12/2025
Clientes terceiros	789	839
Clientes partes relacionadas (Nota 4.1)	1.645	21.673
	2.434	22.512
Provisão para perdas de crédito esperadas	(312)	(145)
Total	2.122	22.367

5.5. Passivos de arrendamento

Saldo em 01 de janeiro de 2026	17.412
Pagamento de juros	(530)
Amortização de principal	(17.078)
Juros	196
Saldo em 31 de março de 2026	—

O ultimo contrato vigente da Companhia a qual era atualizado anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) foi quitado em janeiro de 2026.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foram registrados para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o período findo em 31 de março de 2026 e 2025:

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	292	278
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	9	—
	301	278

Informações Adicionais

Os saldos de arrendamentos registrados pela Companhia utilizam taxa incremental calculadas de acordo com IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A valorização dos contratos calculados pela taxa nominal e taxa real (inflação futura projetada), não gerou distorções significativas no passivo de arrendamento e direito de uso da Companhia, conforme objeto do Ofício Circular 2/2019 da CVM. A Companhia entende

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

que, tais variações não são materiais para influenciarem as decisões dos usuários e, consequentemente, para serem apresentados nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

5.6. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores de materiais e serviços	13.067	11.062
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	159	361
Total	13.226	11.423
Fornecedores	8.321	6.172
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.1)	4.905	5.251
	13.226	11.423

5.7. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(127.369)	(87.643)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	43.305	29.799
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas ⁽ⁱ⁾	(43.964)	(30.443)
Efeito de amortização do ágio	627	627
Outros	32	17
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	—	—
Taxa efetiva - %	0,00 %	0,00 %

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias da Companhia, que nas condições atuais não reúnem os requisitos para a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos pelas faltas de previsibilidade de geração futura de lucros tributários.

b) Ativos e passivos de imposto de renda diferido

A Companhia não possui previsibilidade de lucro, em virtude disso, não há constituição de saldo de imposto de renda diferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

c) Incertezas sobre tratamento de tributo sobre lucro

A Companhia mantém discussões de natureza administrativa e judicial com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a certas interpretações e posições fiscais adotadas na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A determinação final dessas questões é incerta e pode ser influenciada por fatores externos à Companhia, tais como alterações na jurisprudência e modificações na legislação tributária.

Em conformidade com o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro ("IFRIC 23/ICPC 22"), a Companhia avalia, para cada posição fiscal incerta, se é provável que a autoridade fiscal venha a aceitar o tratamento adotado ou planejado na apuração dos tributos.

Somente nos casos que a Companhia conclui não ser provável a aceitação do tratamento fiscal pela autoridade competente é que são reconhecidos os efeitos da incerteza, com base no melhor método de previsão da resolução da questão - seja pelo valor mais provável ou pelo valor esperado.

As posições fiscais adotadas pela Companhia são respaldadas por pareceres de consultores jurídicos especializados. A Companhia está sujeita à revisão das autoridades fiscais em relação ao imposto de renda por um período de até dez anos, dependendo da jurisdição em que opera.

O montante total dos valores autuados e em discussão com as autoridades fiscais relativos a posições fiscais incertas para as quais é provável a aceitação pelo fisco está demonstrada abaixo:

	31/03/2026	31/12/2025
Pagamento de débitos com prejuízo fiscal	42.227	41.389
	42.227	41.389

5.8. Provisão para demandas e depósitos judiciais

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

	Provisão para demandas judiciais	
	31/03/2026	31/12/2025
Tributárias	14.060	13.912
Cíveis, regulatórias e ambientais	101.791	88.213
Trabalhistas	42.391	42.045
	158.242	144.170

	Depósitos judiciais	
	31/03/2026	31/12/2025
Tributárias	88	86
Cíveis, regulatórias e ambientais	39.888	38.946
Trabalhistas	4.862	4.927
	44.838	43.959

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2026	13.912	88.213	42.045	144.170
Provisionados no exercício	23	3.792	908	4.723
Baixas por reversão ou pagamento	—	(4.615)	(2.005)	(6.620)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	125	14.401	1.443	15.969
Saldo em 31 de março de 2026	14.060	101.791	42.391	158.242

(i) Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

	31/03/2026	31/12/2025
Tributário	38.685	38.406
Cíveis	67.989	62.212
Regulatórias	236.658	275.060
Ambientais	181.700	177.838
Trabalhistas	73.169	69.886
	598.201	623.402

• **Tributárias:**

	31/03/2026	31/12/2025
ICMS - Exportação	25.851	25.616
ICMS Material de uso e consumo	11.864	11.838
Outros	970	952
	38.685	38.406

5.9. Arrendamentos e concessões em litígio

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão da desregulamentação do transporte de combustíveis e derivados, que era realizado de forma prioritária pelo modal ferroviário e representava 58% do faturamento da concessão, configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores.

Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como prováveis. O passivo, cujo não desembolso está amparado por liminar, está sendo mantido por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas **(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)**

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas. A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível. Fundada na Lei 13.448/2017, a Cia requereu a relicitação da concessão e, em fevereiro de 2021 foi publicado o Decreto 10.633, qualificando o empreendimento para fins da relicitação.

Em 17 de Janeiro de 2022 a Companhia pagou e retomou os pagamentos das parcelas trimestrais vincendas dos Contratos de Concessão e Arrendamento originais, em atendimento à cláusula décima e inciso XII do segundo termo aditivo firmado entre a Companhia e Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT em 19 de maio de 2021.

Em razão do pedido de relicitação, no qual ficou ajustado entre União, a Concessionária e ANTT que as partes devem, dentre outros pontos, chegar a um acordo sobre a ação de reequilíbrio. Houve pedido conjunto de suspensão do processo, para dar andamento às tratativas negociais. As tratativas negociais estão em andamento junto à AGU e estão fundamentadas no Decreto 12.091/2024, que instituiu o programa Resolve.

	31/03/2026	31/12/2025
Valores em discussão judicial:		
Arrendamentos	2.736.993	2.647.093
Concessões	143.384	139.603
Total	2.880.377	2.786.696
Circulante	—	918
Não circulante	2.880.377	2.785.778
	2.880.377	2.786.696

Os depósitos judiciais associados aos litígios de arrendamento e concessão totalizam:

	31/03/2026	31/12/2025
Depósitos judiciais	30.801	30.202
	30.801	30.202

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “cível” conforme nota 5.8.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

5.10. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de março de 2026 é de R\$ 1.006.915 (R\$ 1.006.915 em 31 de dezembro de 2025) sendo assim constituído:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	40.286.982	100,00%	1.702.728	100,00%
Total de ações em circulação	40.286.982	100,00%	1.702.728	100,00%

(i) Em milhares de ações.

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de março de 2026, conforme apresentado na nota 4.2, a Companhia recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 45.000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

6. Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1. Receitas

	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta na venda de serviços	904	17.990
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(144)	(1.423)
Receita operacional líquida	760	16.567

6.2. Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/03/2026	31/03/2025
Material de uso e consumo	(385)	(1.511)
Despesa com pessoal	(2.895)	(6.721)
Despesas com serviços de terceiros	(2.060)	(1.405)
Despesas com transporte	(633)	(3.752)
Outras despesas	(672)	(1.053)
	(6.645)	(14.442)
Custo dos serviços prestados	(5.061)	(12.599)
Despesas gerais e administrativas	(1.584)	(1.843)
	(6.645)	(14.442)

6.3. Outras despesas operacionais, líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Efeito líquido das demandas judiciais	(4.562)	(1.836)
Resultado na venda de sucatas / eventuais	125	2.765
Manutenção de ativos alocados ao resultado ⁽ⁱ⁾	(6.533)	(8.703)
Outros	(71)	(921)
	(11.041)	(8.695)

(i) Manutenções reconhecidas diretamente no resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

6.4. Resultados financeiros

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/03/2026	31/03/2025
Rendimentos de aplicações financeiras	232	2.866
	232	2.866
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	361	258
Arrendamento e concessão	(94.028)	(72.401)
Passivos de arrendamento	(196)	(3.695)
Despesas bancárias e outros	(943)	(2.346)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(15.818)	(5.552)
Juros sobre outras obrigações	(51)	(203)
	(110.675)	(83.939)
Resultado financeiro, líquido	(110.443)	(81.073)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(111.036)	(84.197)
Receitas financeiras	593	3.124
Resultado financeiro, líquido	(110.443)	(81.073)

6.5. Lucro por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025:

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias condensadas
Notas Explicativas *(Em milhares de Reais - R\$, exceto se de outra forma indicado)*

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(127.369)	(87.643)
Por ação ordinária	(122.204)	(84.089)
Por ação preferencial	(5.165)	(3.554)
 Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	41.629.132	40.286.982
Média ponderada de número de ações preferenciais	1.759.454	1.702.728
 Resultado básico:		
Por ação ordinária	(0,00294)	(0,00209)
Por ação preferencial	(0,00294)	(0,00209)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas.
Rumo Malha Oeste S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Rumo Malha Oeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Finalização do Contrato de concessão entre Rumo Malha Oeste e Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT")
Conforme divulgado na Nota 1.2.1, o contrato de arrendamento com a ANTT para exploração da Malha Oeste tem encerramento em Junho de 2026. Em 19 de fevereiro de 2025, a Companhia firmou o quarto termo aditivo ao Contrato de Concessão, pelo qual deverá prestar os serviços nos moldes pactuados no segundo termo aditivo até o início da vigência do novo contrato de parceria garantindo a continuidade da Concessão. A Companhia continuará ativa pelo tempo necessário para o cumprimento de seus compromissos e realização de seus ativos, mesmo não havendo expectativa de manter o direito aos benefícios econômicos futuros da concessão após o encerramento do contrato. Nossa conclusão não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Alessandro Marchesino de Oliveira
Contador CRC 1SP265450/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras Intermediárias referentes ao período findo em 31 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 14 de maio de 2026 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.